



DISCRIMINAÇÃO DE RENDIMENTOS NO TRABALHO FEMININO: EVIDÊNCIAS A PARTIR DE SANTA CATARINA

Lauro Mattei¹

Resumo

A inserção da mulher no mercado de trabalho aumentou nas últimas décadas do século XX, principalmente nas ocupações formais de trabalho. Essas mudanças, ao mesmo tempo em que ampliam as oportunidades de trabalho feminino, não alteraram as distorções de gênero, especialmente em relação aos diferenciais de salários. À luz dessa situação nacional, o estudo analisa essa temática no âmbito do mercado catarinense, mostrando que o emprego feminino responde por aproximadamente 40% do total das ocupações no estado. No entanto, apesar do aumento dos postos de trabalho femininos e do maior nível de escolaridade que as mulheres vêm conquistando, os dados mostram também a existência de menores remunerações, comparativamente aos postos de trabalho masculinos, fazendo com que o diferencial de rendimentos permaneça inalterado.

Palavras-Chave: Santa Catarina. Mercado de Trabalho. Discriminação de Gênero.

1 INTRODUÇÃO

O final do século XX foi marcado por grandes transformações estruturais que causaram impactos no mundo do trabalho. A mudança do modo de produção, somada à fatores como a terceira revolução tecnológica, a nova divisão internacional do trabalho, a desregulamentação dos mercados, a abertura comercial e a maior atuação das empresas transnacionais, levaram a um processo de reestruturação produtiva, seguindo o receituário neoliberal que visava reduzir os custos e aumentar a produtividade.

Para POCHMANN (2001), o conceito de Divisão Internacional do Trabalho assume relevância como expressão do grau de assimetria geográfica no uso e no rendimento da mão-de-obra em distintas fases históricas da evolução da economia capitalista mundial. A assimetria de distribuição geográfica do trabalho pode ser interpretada pela decisão de localização da empresa e pela mobilidade da mão-de-obra, fatores que segundo o autor são cruciais para explicar o processo contraditório entre países ricos e pobres.

A diferença na distribuição espacial da divisão do trabalho configura o mundo atualmente. De um lado, encontram-se os países periféricos produzindo manufaturados com baixa tecnologia, mão-de-obra barata e flexível, uso elevado de matéria-prima e energia, sendo que em sua maioria as atividades são insalubres e poluidoras. De outro, localizam-se os países centrais onde se produz mercadorias de alto valor agregado, geralmente da área de informação, comunicação e de serviços de apoio à produção. Neste caso, são os trabalhadores dos países periféricos os que mais sofrem os efeitos desse processo, em função da globalização financeira, da liberalização comercial e da desregulamentação do mercado de trabalho.

É neste cenário instável do mercado de trabalho que se evidenciou um processo gradual e contínuo de inserção da mulher, indicando que ela passou a disputar postos de trabalho e a enfrentar desafios dentro da nova dinâmica produtiva. Esta inclusão, porém, tem se dado em um cenário de degradação das condições do trabalho, particularmente nas

¹ l.mattei@ufsc.br – UFSC – CSE - DEPTO CNM.



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

últimas décadas, aliado ao fato de que, cada vez mais, a participação da mulher no mercado de trabalho está associado a necessidade de sua contribuição na formação da renda familiar.

Este estudo mostra o processo de inserção da mulher no mercado de trabalho em Santa Catarina, procurando apontar o diferencial e rendimento comparativamente aos homens. Além desta breve introdução, o artigo está organizado em mais três seções. A primeira delas faz uma breve discussão dessa temática no âmbito do país, descrevendo esse problema com elemento marcante do mercado de trabalho brasileiro. A segunda seção descreve a evolução do trabalho feminino em Santa Catarina, evidenciando o diferencial de rendimento. A terceira seção apresenta as considerações finais do trabalho, destacando o problema do diferencial de rendimento de gênero também no mercado de trabalho catarinense.

2 NOTAS SOBRE A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Segundo o Dieese (2007), o ingresso da mulher no mercado de trabalho brasileiro tem se caracterizado como um processo contínuo, diversificado e praticamente definitivo. Surge como um fato que não altera somente as características do mercado de trabalho, mas também a tradicional composição familiar e domiciliar, pois o número de famílias chefiadas por mulheres aumentou bastante nas duas últimas décadas.

No entanto, a inserção feminina no mercado de trabalho brasileiro tem sido acompanhada por segregações e discriminações, colocando as mulheres em condições menos favoráveis no campo profissional. Esta realidade fica evidente a partir dos estudos das relações de trabalho e, especialmente, das formas como homens e mulheres se inserem no mercado de trabalho, as quais, por ocorrerem no espaço da produção, permitem maior visibilidade e melhor apreensão das relações de gênero.

HIRATA (2002) deu importante contribuição sobre a questão ao elaborar estudos sobre o comportamento diferenciado da taxa de atividade feminina em quase todos os países industrializados. Assim, enquanto as taxas masculinas estagnaram ou decresceram, as femininas se ampliaram durante os períodos de expansão e continuaram a crescer durante períodos de crise e de baixo crescimento. Não obstante essa evolução mais favorável às mulheres, ainda permanece um quadro de maiores dificuldades para sua entrada no mercado de trabalho. Estes empecilhos se manifestam de diversas formas, tais como a maior exposição ao risco do desemprego, a segregação ocupacional, a discriminação nos rendimentos, etc.

Paralelamente, o estudo “As Mulheres e o Salário Mínimo nos Mercados de Trabalho Metropolitanos” (IBGE, 2007), mostrou que a População Economicamente Ativa (PEA) feminina somava, em 2006, 8.878 milhões de pessoas, o que correspondia a 46.7% da PEA das áreas metropolitanas. Entre essas mulheres trabalhadoras, a maior parcela compunha a força de trabalho ocupada, enquanto 19.8% delas permaneciam em situação de desemprego, que em termos absolutos representava 1.754 milhões de mulheres.

Quanto à remuneração, o mesmo estudo revelou que o número de mulheres que receberam remunerações equivalentes a até um salário mínimo somava 2.208 milhões, correspondendo a 31% das ocupadas no mercado de trabalho metropolitano avaliado pelo Sistema PED. Enquanto que em Porto Alegre apenas 20.9% das ocupadas alcançavam ganhos que se limitavam ao salário mínimo, na Região Metropolitana de Recife esta era a situação de mais da metade das mulheres (53.9%). Assim, embora as proporções regionais sejam diferentes, quase um terço das mulheres que trabalhavam nas economias urbanas pesquisadas o fazia por remunerações diminutas.



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

Ainda de acordo com o IBGE (2007), o rendimento médio do trabalho das mulheres nas áreas metropolitanas, estimado em R\$ 927,09, continuava sendo inferior ao dos homens, que se situava na faixa de R\$ 1.314,43. No ano de 2007, por exemplo, comparando-se a média anual dos rendimentos dos homens e das mulheres, verificou-se que as mulheres ganhavam em torno de 70% do rendimento recebido pelos homens.

Outro fator de influência nos baixos rendimentos da mulher é o emprego em tempo parcial. A maioria dos postos de trabalho em tempo parcial é ocupada por mulheres, seja pela impossibilidade de estas exercerem emprego de tempo integral em função da dupla jornada de trabalho, seja pela discriminação pura e simples.

Mesmo com as especificidades e particularidades de condições encontradas pelas mulheres em diferentes regiões do país, é neste contexto geral que se insere a realidade das mulheres catarinenses. Considerando-se que os diversos pólos industriais catarinenses também implementaram mudanças no processo produtivo à luz da reestruturação que permeou a estrutura produtiva nacional nas duas últimas décadas do século XX, é de se esperar que grande parte dessas alterações também tenham causado efeitos sobre o mercado de trabalho catarinense, bem como sobre as formas de inserção da mão-de-obra feminina nesse mercado de trabalho regional.

3 EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO CATARINENSE E O DIFERENCIAL DE RENDIMENTOS

De modo geral, pode-se dizer que a tendência do emprego em Santa Catarina é semelhante à do Brasil, porém com a existência de um mercado de trabalho com grande parte de seus postos de trabalho formalizados. Santa Catarina se sobressai dentre as unidades da federação por ser um dos estados com maior índice de trabalhadores com carteira assinada.

A tabela 1 apresenta as informações agregadas do estado entre 2001 e 2011. Desde o início da primeira década do século XXI Santa Catarina encontra-se numa situação melhor do que a maioria das unidades da federação no que se refere ao mercado de trabalho geral, pois 65% da sua população em idade ativa (PIA) são pessoas economicamente ativas (PEA), ou seja, pessoas que estão trabalhando ou estão à procura de emprego. Este percentual situa-se ligeiramente acima da média para o Brasil, que em 2001 era de 61%.

Tabela 1: Evolução da PIA, PNEA, PEA e da condição de ocupação (mil pessoas). Brasil e SC, 2001 a 2011.

	ANO	2001	%	2011	%	2001-2011
Brasil	PIA	138.852	100,0%	166.987	100,0%	1,9%
	PNEA	54.886	39,5%	66.764	40,0%	1,9%
	PEA	83.949	60,5%	100.223	60,0%	1,9%
	PEA	83.949	100,0%	100.223	100,0%	1,9%
	Ocupada	76.102	90,7%	93.493	93,3%	2,2%
	desocupada	7.848	9,3%	6.730	6,7%	-1,4%
Santa Catarina	PIA	4.627	100,0%	5.609	100,0%	2,0%
	PNEA	1.641	35,5%	2.100	37,4%	2,3%
	PEA	2.985	64,5%	3.509	62,6%	1,9%
	PEA	2.985	100,0%	3.509	100,0%	1,9%
	Ocupada	2.861	95,8%	3.385	96,5%	1,9%



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

desocupada	125	4,2%	124	3,5%	0,9%
-------------------	-----	------	-----	------	-------------

Fonte: IBGE/PNAD.

Em relação ao nível de ocupação, em 2001 Santa Catarina contava com 96% da PEA ocupada, o que em termos absolutos correspondia a 2.861 mil pessoas ocupadas. Em 2011 essa proporção teve um aumento de 0,7 pontos percentuais, com 3.385 mil de ocupados. Já no Brasil o percentual da PEA ocupada passou de 91%, em 2001, para 93%, em 2011. A PEA ocupada catarinense cresceu a uma taxa média de 1,9% ao ano no período considerado, enquanto que no conjunto do país este quesito aumentou a um ritmo mais elevado, ou seja, 2,2% ao ano. Os desocupados, em contrapartida, perderam participação relativa na PEA catarinense de 4,2%, em 2001, para 3,5%, em 2011. Isso significou que a taxa de desemprego aberto apresentou uma queda de 0,7 pontos percentuais entre 2001 e 2011.

A tabela 2 apresenta a distribuição dos PFT de trabalho segundo o gênero entre os anos de 2001 e 2013. Observa-se que a tendência de maior presença das mulheres no mercado formal de trabalho se manteve, uma vez que a taxa de crescimento da participação das mulheres foi de 6,81% ao ano ao longo do período considerado, enquanto que a taxa dos homens foi de apenas 4,52%. Isso implicou em um maior equilíbrio de gênero no acesso aos postos de trabalho.

Tabela 2: Distribuição dos PFT segundo o gênero em Santa Catarina entre 2001 e 2013

Ano	Masculino	Feminino	Total
2001	713.211	442.501	1.155.712
2002	753.049	482.563	1.235.612
2003	779.395	513.012	1.292.407
2004	840.104	566.143	1.406.247
2005	879.828	607.141	1.486.969
2006	932.252	666.202	1.598.454
2007	980.074	717.726	1.697.800
2008	1.014.518	763.086	1.777.604
2009	1.042.014	796.320	1.838.334
2010	1.107.594	862.060	1.969.654
2011	1.154.703	906.874	2.061.577
2012	1.165.431	937.571	2.103.002
2013	1.218.339	992.588	2.210.927
Taxa % a.a.	4,52%	6,81%	5,47%

Fonte: RAIS; Elaboração NECAT

A partir da recuperação das atividades econômicas no país após 2003, os reflexos sobre a economia catarinense foram sentidos imediatamente, sendo que um dos resultados mais visíveis foi a recuperação e expansão das relações de trabalho formalizadas. Com isso, o estado catarinense voltou a se situar entre as unidades de federação que possuem os maiores percentuais de emprego formal. A estrutura produtiva diversificada, a expressiva produção industrial ainda presente no sistema econômico e a expansão do setor terciário, transformaram o estado de Santa Catarina numa das mais importantes unidades da



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

federação, em termos de formalização das relações de trabalho. Com isso, nota-se que o número absoluto de empregos formais no estado vem, inclusive, superando o percentual do país, com evolução crescente do total de empregados com carteira assinada.

A tabela 3 apresenta a evolução absoluta por gênero, considerando-se apenas o ano inicial e ano final da série histórica considerada. Em 2001, cerca de 62% dos postos formais do estado eram ocupados pelos homens e apenas 38% pelas mulheres. Depois mais de uma década essa distribuição percentual ficou mais equitativa, sendo que as mulheres passaram a participar mais do mercado de trabalho e a ocupar os postos de trabalho mais protegidos. Com isso, em 2013 esses percentuais ficaram em 55% e 45%, respectivamente.

Tabela 3: PFT em SC por gênero entre 2001 e 2013

Gênero	2001	%	2013	%	Tx.cresc a.a
Masculino	713.211	62%	1.218.339	55%	4,46%
Feminino	442.501	38%	992.588	45%	6,73%
Total	1.155.712	100%	2.210.927	100%	5,41%

Fonte: MTE/RAIS.

Assim, mesmo que os homens ainda predominem no mercado formal de trabalho em Santa Catarina, as mulheres ampliaram expressivamente sua participação nos últimos anos, o que indica uma tendência de maior presença das mulheres no conjunto do mercado de trabalho catarinense.

A tabela 4 apresenta a distribuição dos PFT entre 2001 e 2013, segundo as faixas de remuneração. Inicialmente observamos que as menores faixas salariais foram aquelas que apresentaram os maiores percentuais de crescimento, destacando-se a taxa 8,28% ao ano para os postos formais de trabalho com remuneração de até 1 salário mensal. Com isso, esta faixa salarial aumentou sua participação relativa no período considerado de 2,5% para 3,62%, respectivamente.

Mas, sem dúvida, foi na faixa salarial entre 1 a 3 salários mínimos que ocorreram as maiores alterações. Com uma taxa de crescimento anual da ordem de 5,92%, observa-se que ocorreu um aumento absoluto de 726.283 PFT nesta faixa no período considerado. Com isso, a participação relativa dessa faixa salarial no total dos PFT do estado passou de 60,7%, em 2001, para 64,6%, em 2013. Se a esta faixa salarial agregarmos os PFT com remuneração de até 1 salário mínimo, verificamos que aproximadamente 70% dos postos formais de trabalho em Santa Catarina se localizam na faixa salarial de até 3 salários mínimos mensais.

Em todas as demais faixas salariais observa-se redução da participação percentual no agregado geral, chamando a atenção a importante redução da participação relativa da faixa de 3 a 5 salários mensais, mesmo que em termos absolutos o número de trabalhadores nesta faixa tenha aumentado. Além disso, merece registro, ainda, o comportamento da faixa de 5 a 10 salários mínimos mensais, especialmente em função da redução da participação relativa e do baixo número absoluto de trabalhadores contratados nesta faixa de rendimento.

Tabela 4: Distribuição dos PFT por faixa de remuneração entre 2001 e 2013

REMUNERAÇÃO	2001	%	2013	%	Tx. % a.a
ATÉ 1 SM	29.608	2,56	79.978	3,62	8,28%
DE 1 A 3	701.841	60,7	1.428.124	64,6	5,92%
DE 3 A 5	224.543	19,4	331.956	15,0	3,26%
DE 5 A 10	132.087	11,4	179.194	8,1	2,54%
MAIS DE 10	65.573	5,67	70.872	3,21	0,65%
IGNORADO	2.060	0,18	120.803	5,46	33,96%



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

TOTAL	1.155.712	100,0	2.061.577	100,0	5,8%
--------------	-----------	-------	-----------	-------	-------------

Fonte: MTE/RAIS.

Estas informações revelam que, paralelamente ao aumento dos postos formais de trabalho, indicando uma maior estruturação do mercado de trabalho catarinense, ocorreu uma concentração desses PFT nas menores faixas salariais, fato que pode estar indicando uma tendência de precarização deste tipo de emprego e, conseqüente, do conjunto do mercado de trabalho catarinense.

A desagregação dessas mesmas informações pela condição de gênero permite identificar, via classes de rendimento mensal, a disparidade de renda entre homens e mulheres que persiste no mercado de trabalho catarinense, à luz de situação idêntica observada no mercado de trabalho brasileiro. Inicialmente se observa que a grande maioria dos homens se situa nas classes de rendimento mensal de mais de 1 a 5 salários mínimos. No último ano da série essas classes representavam 65% do total de homens ocupados, enquanto que a participação das pessoas do sexo masculino com rendimento abaixo de 1 salário mínimo ficou estabilizada em patamares bem baixos.

Por sua vez, a grande maioria das mulheres ocupadas se situa nas faixas de rendas de até 3 salários mínimos. No último ano da série essas classes de rendimento representavam mais de 50% do total de mulheres ocupadas. Isso significa que a ampliação do espaço da mulher no mercado de trabalho está ocorrendo nas classes inferiores de renda, fato que ajuda a manter a disparidade comparativamente aos homens.

Agregue-se a isso o fato de que, do total de pessoas classificadas como sem rendimento, aproximadamente 65% são mulheres. Em grande parte, isso se explica pelas ocupações precárias das mulheres nas atividades agrícolas das unidades familiares de produção, em que o homem como chefe do estabelecimento agropecuário declara sua renda, enquanto a mulher entra como trabalhadora ocupada, porém sem remuneração.

Embora os dados analisados até aqui comprovem que a inserção das mulheres no mercado de trabalho esteja em ritmo acelerado, o mesmo não pode ser dito em relação ao rendimento por elas percebido. Todas as informações dos últimos anos revelam que o rendimento médio das mulheres tem crescido como proporção do rendimento médio dos homens, porém muito timidamente. Com isso, verifica-se que a renda média das mulheres no último ano da série considerada representava cerca de 65% do rendimento médio masculino. Este fato comprova que essa característica histórica do mercado de trabalho no país também se explicita fortemente no estado de Santa Catarina.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

São perceptíveis os impactos provocados pelas mudanças econômicas e políticas das últimas décadas sobre a composição do mercado de trabalho brasileiro e catarinense. A reestruturação produtiva e as alterações na ordem econômica na última década do século XX originaram movimentos de flexibilização e recomposição da força de trabalho, a qual buscou se adaptar a um mercado mais exigente e competitivo.

Concomitantemente a isso, ocorreu uma alteração na estrutura familiar de modo que o homem passou a perder o papel de provedor individual exclusivo da renda familiar. Num contexto de dificuldades econômicas e de mudanças estruturais na família, a mulher está tendo uma participação crescente no mercado de trabalho, paralelamente à manutenção de sua jornada de trabalho doméstica.

Mesmo assim, o limiar do século XXI mostrou que a geração de postos formais de trabalho foi extremamente expressiva, com taxas anuais de crescimento muito superiores às taxas de crescimento da PEA ocupada. A conseqüência imediata disso foi a retomada da reestruturação do mercado de trabalho, invertendo a tendência do final dos anos de 1990.



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

Com isso, chegou-se ao último ano da série considerada (2013) com mais de 60% da PEA ocupada tendo relações de trabalho formalizadas.

Além disso, consolidou-se uma tendência geral de concentração do emprego no setor terciário da economia, com destaque para a expansão do emprego formalizado em ramos de atividade que tradicionalmente tinham altas taxas de informalidade, como são os casos da construção civil, do comércio e de serviços em geral. Esta é uma alteração significativa em relação à década anterior, uma vez que agora o setor terciário expandiu sua participação no conjunto do emprego do estado impulsionado pela geração de postos formais de trabalho. Este movimento foi importante, pois compensou a estabilidade de geração de emprego no setor secundário e a redução drástica da participação do setor primário, tanto no agregado como em termos restritos ao emprego formal.

É neste contexto que se registra uma forte presença das mulheres, especialmente no mercado formal de trabalho, considerando-se que o número de mulheres ocupadas com esse tipo de emprego cresceu acima da média estadual e acima da própria média masculina. Apesar disso, as mulheres ainda sofrem as consequências do processo discriminatório de renda ao exercer as mesmas funções dos homens, porém recebendo salários inferiores.

O cruzamento das informações revelou que, apesar do aumento da participação, as ocupações femininas não foram acompanhadas de iguais condições de remuneração e de qualificação, comparativamente aos homens. Mesmo em setores em que a mulher tem participação expressiva e alto nível de qualificação (administração pública, por exemplo), os cargos de maior remuneração tendem a ser distribuídos para os homens. Isso indica que a mulher ainda apresenta dificuldades de atingir cargos elevados na hierarquia funcional das empresas, e, em consequência, obter salários maiores.

Apesar das políticas públicas desenvolvidas em direção à igualdade de gênero na sociedade, em particular no mercado de trabalho, muito há de ser estudado e trabalhado em direção ao desenvolvimento de um ambiente favorável ao trabalho feminino. Apesar da forte contribuição que suas ocupações têm trazido para a economia, as mulheres ainda enfrentam discriminações no mercado de trabalho, tanto pelo diferencial de rendimentos como pela dificuldade de acesso a cargos de chefia. O resultado disso é que as mulheres recebem um rendimento médio que correspondia a 65% do rendimento médio masculino, o que confirma a existência de uma forte discriminação salarial entre homens e mulheres também no estado de Santa Catarina.

Em síntese, esse conjunto de características revela algumas tendências do para o mercado de trabalho catarinense: a) concentração dos postos de trabalho no setor terciário da economia; b) redução progressiva da participação do emprego agrícola no emprego total; c) novos empregos gerados, embora formalizados, concentram-se em faixas salariais inferiores, particularmente naquelas que não ultrapassam a 2 salários mínimos; d) persistência das disparidades de renda entre homens e mulheres em praticamente todos os setores de atividade.

REFERÊNCIAS

BALTAR, Paulo. **Emprego, política de emprego e política econômica no Brasil.**

Escritório da OIT no Brasil. 1 v. (Série Trabalho Decente no Brasil ; Documento de trabalho n.2). Brasília: OIT, 2010.

BALTAR, Paulo; KREIN, José; MORETTO, Amílton. O emprego formal nos anos recentes. **Carta Social e do Trabalho.** Campinas: CESIT. UNICAMP, n. 3, jan./abr. 2006.



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

CARDOSO, José Álvaro de Lima. **Reestruturação produtiva e mudanças no mundo do trabalho**: um olhar sobre os setores têxtil e alimentício em Santa Catarina. Tubarão: Studium, 2004.

DIEESE-SC. Reestruturação produtiva e emprego na indústria de Santa Catarina. Florianópolis, dez. 1996. Estudo Especial.

DIEESE –SC. **A mulher trabalhadora catarinense**. Florianópolis, dez. 2007.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (FIBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). Rio de Janeiro: IBGE, diversos anos.

GALEAZZI, Irene. Mulheres trabalhadoras. **Revista Mulher e Trabalho**. Porto Alegre: Publicações FEE, v.1, 2001.

HIRATA, H.; HUMPHREY, J. **Nova divisão sexual do trabalho**: um olhar voltado para empresa e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

MELO, Hildete P. **Gênero e Pobreza no Brasil**. Relatório Final do Projeto Governabilidade Democrática de Gênero en America Latina y el Caribe. Brasília, 2005.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Base Estatística: Relação Anual de Informações Sociais*. Brasília: 1991-2005. CD-ROM.

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 2002.

POCHMANN, Márcio. **A década dos mitos**. São Paulo: Contexto, 2001.